

## CORREIO ECONÔMICO

POR MARTHA IMENES

Bruno Peres/Agência Brasil



Debate sobre segurança pública virou foco de Lula

**Lula sanciona PL que libera R\$ 5 bi anuais para defesa**

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, sem vetos, um projeto aprovado pelo Congresso Nacional que permite ao governo investir até R\$ 5 bilhões por ano nos próximos seis anos em projetos estratégicos de defesa nacional, sem contar para a meta fiscal.

Segundo o texto divulgado no Diário Oficial da União (DOU), os gastos fora da meta fiscal devem

incentivar o crescimento da Base Industrial de Defesa. Entre os principais beneficiados estão o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosul) e o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron).

Além disso, o projeto permite que os superávits dos fundos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica sejam usados para esses projetos prioritários.

**Projeção**

É a primeira vez desde dezembro do ano passado que a projeção dos economistas dos bancos para 2025 fica abaixo do teto de 4,5% do sistema de metas de inflação. Desde o início de 2025, com a adoção do sistema de meta contínua, o objetivo é manter a inflação em 3%.

**Fora da meta**

Para o ano de 2025, está autorizado que 60% dos R\$ 5 bilhões fiquem fora da meta fiscal. Os economistas do mercado financeiro reduziram a estimativa de inflação de 2025 de 4,55% para 4,46%. A expectativa faz parte do boletim "Focus", divulgado pelo Banco Central (BC).



Biometria do TSE compõe base de dados do governo

**Novos prazos para adoção da biometria de beneficiários**

O governo regulamentará a adoção gradual do cadastro biométrico obrigatório para concessões e procedimentos regulares de manutenção e renovação de benefícios da Seguridade Social. A medida integra a agenda de transformação digital e aprimoramento da segurança dos programas sociais. A exigência de

biometria, aprovada pelo Congresso Nacional, foi sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em dezembro de 2024 e regulamentada por decreto em julho de 2025, tem como objetivo assegurar que o benefício chegue a quem realmente tem direito, proteger recursos públicos e fortalecer o combate a fraudes.

**Cadastrados**

Dos cerca de 68 milhões de beneficiários dos programas sociais, dos quais 84% já possuem biometria cadastrada. A biometria reduz tentativas de fraudes e golpes em programas sociais, evita que sejam usadas informações de terceiros para obtenção de benefícios.

**CIN**

A Carteira de Identidade Nacional (CIN) será a base principal para o cadastro biométrico. De forma transitória, também poderão ser usadas outras bases oficiais, como as da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e o título de eleitor gerido pelo Tribunal Superior Eleitoral.

**Sem bloqueio**

Não haverá bloqueio automático de benefícios nem necessidade de deslocamento imediato às unidades de atendimento de cada política. A adoção será gradual, com prazos amplos para adaptação da população e comunicação contínua e individualizada para evitar desinformação.

**Prazos**

21 de novembro de 2025: decreto entra em vigor e passa a priorizar a Carteira de Identidade Nacional como base biométrica.  
1º de maio de 2026: para quem já tem biometria cadastrada nada muda.  
1º de janeiro de 2027: beneficiários precisarão ter biometria cadastrada.

**PF investigará fundos com negócios com o Master**

Danos da liquidação do banco devem passar o valor estimado

Por Martha Imenes

Os danos que a liquidação do Banco Master deve causar a seus correntistas e investidores devem ultrapassar os R\$ 12,2 bilhões bloqueados, diversos carros de luxo, obras de arte e relógios e bens apreendidos pela Polícia Federal. Além de correntistas, o banco tinha como clientes estados e municípios. A liquidação do Master foi determinada pelo Banco Central na terça-feira (18). Vorcaro é investigado por emissão de títulos de crédito sem lastro e por oferecer CDBs com rendimentos até 40% acima do mercado.

Ao todo são 18 entes que fizeram aportes em letras financeiras emitidas pelo banco por meio do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), que totalizam cerca de R\$ 2 bilhões. Os estados do Amapá, Amazonas e do Rio de Janeiro,



Daniel Vorcaro: fundos previdenciários suspeitos

têm, respectivamente, aportes de R\$ 400 milhões, R\$ 50 milhões e R\$ 970 milhões no RPPS, responsável pelo pagamento de aposentadoria e pensões aos servidores dos estados. Fora os municípios. A Polícia Federal (PF) vai investigar operação bilionária do banco com fundos de previdência.

A liquidação extrajudicial do Banco Master se deu em razão

da "grave crise de liquidez" e das "graves violações" às normas do sistema financeiro pela instituição, segundo o Banco Central. O que chamou atenção da autoridade monetária foi o balanço do banco não "fechar".

Com as contas no vermelho o dono da instituição Daniel Vorcaro complementava o valor para que o balanço ficasse no azul. Não ficou claro, no entanto, de onde provinham esses "recursos do próprio bolso".

O montante exposto à liquidez do Master é de R\$ 1,86 bilhão. De acordo com informações da autarquia, atualizadas em março de 2025, o patrimônio líquido do Banco Master é de R\$ 3,214 bilhões. A instituição possuía, no mesmo período, R\$ 86,4 bilhões em ativos e R\$ 83,2 bilhões em passivo.

**Lista e valores**

- Angélica (MS): R\$ 2 milhões

- Aparecida de Goiânia (GO): R\$ 40 milhões
- Araras (SP): R\$ 29 milhões
- Cajamar (SP): R\$ 87 milhões
- Campo Grande (MS): R\$ 1,2 milhão
- Congonhas (MG): R\$ 14 milhões
- Estado do Amapá (AP): R\$ 400 milhões
- Estado do Amazonas (AM): R\$ 50 milhões
- Estado do Rio de Janeiro (RJ): R\$ 970 milhões
- Fátima do Sul (MS): R\$ 7 milhões
- Itaguaí (RJ): R\$ 59,6 milhões
- Jaté (MS): R\$ 2,5 milhões
- Maceió (AL): R\$ 97 milhões
- Paulista (PE): R\$ 3 milhões
- Santa Rita D'Oeste (SP): R\$ 2 milhões
- Santo Antônio de Posse (SP): R\$ 7 milhões
- São Gabriel do Oeste (MS): R\$ 3 milhões
- São Roque (SP): R\$ 93,15 milhões

**O que acontece com os clientes?**

De acordo com João Gabriel Araujo, professor de Economia do Ibmec Brasília, eles terão que fazer cadastro no aplicativo do Fundo Garantidor de Crédito (FGC). "Através desse cadastro, quando forem liberados os da-

dos por parte do Banco Master, o FGC, vai fazer uma análise desses dados e os correntistas e investidores que tiverem até R\$ 250 mil poderão requerer os va-

lores pleo aplicativo", explica.

Para o caso de pessoas com

valores acima de R\$ 250 mil, já garantidos pelo FGC, será necessário ingresso com ação judicial.

"A partir do momento que a pessoa teve dinheiro lá, fez investimento, foi correntista, teve carteira de poupança, entre

outras questões, ela vai ter que acionar a justiça para requerer o restante dos valores com base nos ativos do Banco Master, que vão ter que ser resarcidos mais através de processos judiciais", explica o professor.

**De viagens internacionais à cela na PF**

De viagens internacionais, luxo e festas milionárias à uma cela da Polícia Federal. A trajetória do banqueiro Daniel Vorcaro, 42 anos, dono do Banco Master, daria pra fazer um filme.

Mineiro de Belo Horizonte e formado em Economia, Vorcaro se projetou nacionalmente ao aproximar o Banco Master de operações com o governo do Distrito Federal por meio

do BRB. Ele também é acionista da SAF do Atlético-MG, com participação de 20,2% por meio do FIP Galo Forte, investimento de cerca de R\$ 300 milhões cuja origem é investigada.

**Curso**

Antes desses dois empreendimentos (Master e Atlético-MG), aos 19 anos, Vorcaro foi dono de um curso de segundo

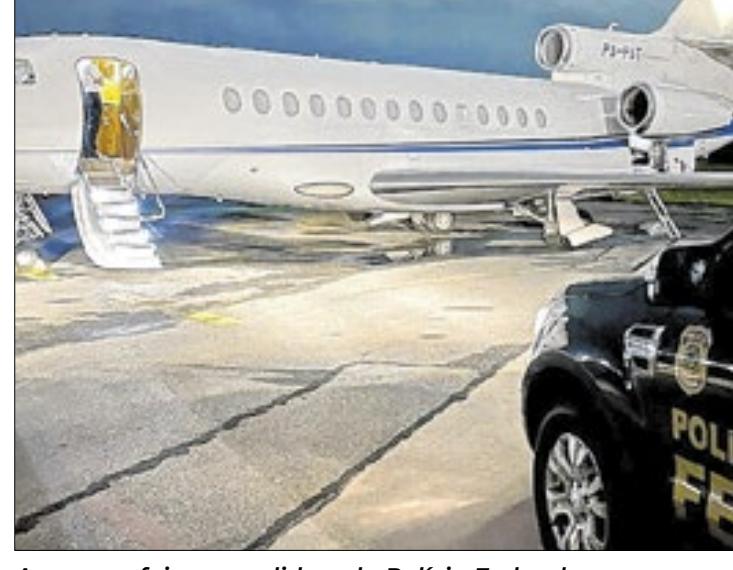
grau, chamado PQS Empreendimentos Educacionais LTDA, e uma empresa de livros didáticos, que o pai Henrique entregou para que o filho administrasse. Ele diz que o negócio foi um grande sucesso, mas ex-funcionários do PQS contam que a experiência naufragou. A gestão era confusa. Juntaram pessoas de áreas distintas – do curso e do livro didático –, que não se

entendiam na forma de operar, e a experiência fracassou. O curso foi vendido para uma rede de educação de Belo Horizonte.

Aos 21 anos, Vorcaro passou a trabalhar nos negócios do pai, que incluíam duas incorporadoras imobiliárias (Multipar Empreendimentos e Participações e a Mercatto Corporações Imobiliárias), além da Pacific Realty, para aluguel de imóveis.

**Banqueiro foi sócio de cemitério**

Divulgação/PF



Aeronave foi apreendida pela Polícia Federal

Em 2011, aproximou-se dos irmãos Antonio Augusto Conte e Vicente Conte Neto, de São Paulo, herdeiros de uma administradora de cemitérios e sócios, na época, da gestora de recursos Blackwood, que se envolveu junto com Henrique e Daniel Vorcaro, em um negócio ousado: construir hotéis na cidade às vésperas da Copa do Mundo de 2014 com incentivo da Prefeitura de Belo Horizonte.

O grupo resolveu participar da construção do hotel Golden Tulip, em uma área decadente da cidade. A Multipar dos Vorcaro adquiriu um prédio abandonado na região e assumiu a reforma com os irmãos Conte e a RFM Construtora. A velha estrutura iria se transformar em uma torre de vidro de 37 andares, com heliponto, restaurantes, SPA e um centro de convenções de 7 mil m<sup>2</sup>.

Pelo contrato com o município, o Golden Tulip teria que estar pronto até 30 de março de 2014 para abrigar os turistas que começariam a chegar em julho. Apesar de um investimento de mais de R\$ 200 milhões e com participação da prefeitura, a obra foi paralisada, porque o dinheiro acabou.

Com o fracasso do projeto hotelero, os irmãos Conte deixaram a Blackwood. Antonio Augusto Conte montou uma empresa de investimentos chamada H11 e Vicente Conte Neto criou um fundo de investimento em cemitérios, chamado Zion, do qual

Daniel Vorcaro virou sócio diretor, embora tenha continuado a trabalhar com o pai. O trio voltou a se reunir dois anos depois quando Daniel virou banqueiro.

**Banco Máxima**

A chance apareceu depois que o Banco Máxima, do paulistano Saul Sabbá, foi inabilitado pelo Banco Central em 2016 por gestão fraudulenta e rombo de caixa. Sabbá ofereceu o Máxima a Daniel Vorcaro. Era uma ação entre amigos. Daniel me disse que conheceu Sabbá somente em 2016, mas que fazia negócios com o banco desde antes, quando o Máximo lidava com os fundos imobiliários, as incorporadoras e as imobiliárias dos Vorcaro.

De posse da opção de compra do Máximo, Daniel Vorcaro pro-

curou os irmãos Conte e propôs sociedade. Como o banco estava praticamente quebrado, eles precisariam desembolsar apenas o suficiente para a instituição voltar a funcionar. Os irmãos toparam. Mas, antes, precisavam da autorização do Banco Central. O pedido foi feito em 2017. A autorização só saiu em 2019. Em 2021, Vorcaro trocou o nome do banco para Master.

**Chamada no BC e entrada do BRB**

Em dezembro do ano passado, o então presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, convocou os dirigentes do Banco Master para uma reunião de emergência, na sede da instituição, em Brasília. Vorcaro liderava a comitiva. Na reunião, Campos Neto

e outros diretores do BC fizeram duas exigências. Mandaram que parassem com as operações arriscadas e abusivas, como a emissão desenfreada de Certificados de Depósito Bancário (CDBs), e fizessem um aumento de capital – ou seja, colocassem mais R\$ 2 bilhões no banco. O BC deu um prazo de três meses, até março, para que os ajustes fossem feitos. Caso contrário, o banco seria liquidado, os donos teriam o patrimônio congelado e ficariam proibidos de operar no mercado.

O Master, um banco de pequeno porte, tinha R\$ 50 bilhões emitidos em CDBs e, para piorar, seu balanço indicava que não tinha fundos para pagar os mais de R\$ 12 bilhões de CDBs com vencimento neste ano, já que a carteira de ativos do banco, que poderia servir de garantia para os CDBs, estava recheada de empresas à beira do precipício ou recuperação judicial.

No tarde de 28 de março, com o prazo dado pelo BC já entrando nos acréscimos, veio o anúncio que pegou o mercado de surpresa: o Banco Regional de Brasília (BRB), uma instituição estatal de médio porte controlada pelo governo do Distrito Federal, cujo patrimônio líquido não passa de R\$ 3,7 bilhões decidiu comprar o Master por R\$ 2 bilhões – exatamente o valor do aporte de capital que o BC exigira. Após meses de análise, o negócio foi vetado pelo Banco Central em setembro.